

- ATA DA REUNIÃO DE 08 DE MAIO DE 2019 (N.º 10/2019)

Aos oito dias do mês de maio do ano de dois mil e dezanove, nesta vila de Figueiró dos Vinhos, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal sob a Presidência do Senhor Jorge Manuel Fernandes de Abreu; estando presentes os Senhores Vereadores Eng.º Luís Filipe Antunes da Silva; Dr.ª Marta Inês Dinis Brás Cardoso Fernandes; Dr. Carlos Alberto David dos Santos Lopes e Eng.º Manuel da Conceição Paiva. ____

Hora de Abertura: dezassete horas e trinta minutos _____

Verificando-se quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, estando presente o Senhor Chefe de Divisão da Unidade Orgânica Administrativa e Financeira, Dr. Vítor Alexandre Pimentel Duarte, procedendo-se de seguida à discussão e análise dos assuntos incluídos na Ordem de Trabalhos, tendo sido tomadas as deliberações que se seguem, após dar cumprimento ao período de antes da Ordem do Dia. _____

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu, cumprimentou todos os presentes, passando de imediato a palavra aos Srs. Vereadores. _____

O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, cumprimentou o Sr. Presidente e Srs. Vereadores, bem como o Sr. Chefe de Divisão e a Sr.ª Secretária do GAP. _____

Iniciou a sua intervenção apresentando um documento sobre Figueiró dos Vinhos que continua a empobrecer, a desertificar-se e a definhar enquanto concelho, que leu e se transcreve na íntegra: _____

“Figueiró dos Vinhos continua a empobrecer, a desertificar-se e a definhar enquanto concelho.

Infelizmente é verdade! Figueiró dos Vinhos continua, mais uma vez, a descer no Ranking da Bloom Consulting que divulgou, recentemente, o seu estudo anual (2019) dos **melhores municípios para viver, fazer negócios e visitar**. _____

O Concelho de Figueiró dos Vinhos voltou a descer no Portugal City Brand Ranking/2019, Municípios Portugueses – cai sete posições e ocupa, agora, o 266º lugar entre 308 Concelhos. _____

No Ranking de 2019, em termos globais, e analisando as **categorias Viver, Visitar e Negócios, Figueiró dos Vinhos desceu 51 lugares relativamente a 2014, primeiro ano em que foi publicado o ranking**, e sete relativamente a 2018. _____

A nível dos Municípios da Região Centro Figueiró dos Vinhos voltou a **desceu** um lugar relativamente a 2018 e **16 lugares em comparação com 2014**. _____

O Portugal City Brand Ranking 2019 trouxe mais uma vez um forte motivo de preocupação para todos os

- ATA DA REUNIÃO DE 08 DE MAIO DE 2019 (N.º 10/2019)

Figueiroenses mostrando, assim que o Concelho de **Figueiró dos Vinhos é hoje um concelho cada vez mais adiado** face a uma região que demonstra uma outra dinâmica, que cresce e se desenvolve. _____

Mas os dados recentes das entidades oficiais não se esgotam aqui. _____

O INE - Instituto Nacional de Estatística publicou no início deste mês os dados do Saldo Natural de População 2018 (diferença entre nascimentos e óbitos) por concelho. Os concelhos da Comarca Castanheira de Pêra e Pedrógão Grande perdem população, mas Figueiró dos Vinhos destaca-se pela negativa: é, de longe, o que mais perde. _____

Este é mais um dado, a juntar a outros, de entidades independentes que continuam a mostrar a mesma tendência: o minguar acentuado do concelho. _____

Como se isto ainda não bastasse a Ordem dos Economistas divulgou ontem e pela primeira vez o "Rating Municipal Português" (RMP) que define quatro dimensões: Governação, Desenvolvimento Económico e Social, Eficácia nos Serviços à População e Sustentabilidade Financeira, que por sua vez estão segmentados em 25 indicadores. _____

E Figueiró dos Vinhos surge abaixo do meio da tabela na 237ª posição em 308 concelhos, atrás de Ansião, Alvaiázere, Sertão, ou Pombal. _____

A falta de estratégia municipal e capacidade de projetar o nosso concelho na região é por demais evidente e já não é possível tapar o sol com a peneira. Não deixa de ser irónico que, num contexto autárquico em se falam de orçamentos de milhões, os Figueiroenses sintam, e entidades independentes confirmam, que a qualidade de vida que seria inerente ao objetivo autárquico não se verificou. E não se verifica. _____

Os parâmetros avaliados, por três entidades diferentes demonstram que a política seguida nestes últimos anos não resiste ao teste da realidade, não funciona e não se traduz em resultados práticos positivos para a nossa população, que espera e desespera por mais emprego, mais progresso e melhor qualidade de vida. _____

Os Figueiroenses Merecem Bem Melhor. _____

Figueiró dos Vinhos, 08 de Maio de 2019 _____

O Vereador _____

Luís Filipe Silva” _____

Outro documento que leu e se transcreve na íntegra, foi relativo à atribuição de azeite: _____

“Atribuição de azeite

Na reunião de câmara de 13 de março último questioneei o destino de 4.000 litros de azeite oferecidos ao Município. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 08 DE MAIO DE 2019 (N.º 10/2019)

Na altura, está em ata, solicitei quais os critérios utilizados para a sua atribuição aos Figueiroenses e uma listagem de todos os contemplados com a oferta do azeite. _____

Até ao momento as informações que pedi em 13 de março e já estamos em 8 de maio ainda não me foram transmitidas, nem qualquer outra informação acerca do assunto. _____

Assim solicito mais uma vez e formalmente que me seja disponibilizado e enviado por via digital os critérios subjacentes à distribuição do azeite, bem como a listagem de todos os que o receberam ou venham a receber.

Figueiró dos Vinhos, 08 de maio de 2019 _____

O Vereador _____

Luís Filipe Silva” _____

O Sr. Vereador Dr. Carlos Lopes, na sequência da intervenção do Vereador do PSD Filipe Silva a propósito de um conjunto de indicadores relativos a vários itens que colocam o concelho de Figueiró dos Vinhos em posições modestas nos respectivos Rankings, manifestou a sua preocupação, que já no ano transacto havia assumido quando foram conhecidos dados análogos que medem os parâmetros do desenvolvimento económico, rendimento disponível, turismo, viver e vertente financeira da Autarquia. _____

Não desejando ser repetitivo, disse que para contrariar esta tendência recessiva, o MFI tem procurado contribuir com propostas, sugestões, alternativas, nomeadamente no que concerne ao aproveitamento do potencial que o concelho possui em termos de enquadramento geográfico e paisagístico, entendendo que importará traçar definitivamente uma verdadeira política de diplomacia económica como vem defendendo há muitos anos a esta parte, para além de entender que é tempo de compreender que Municípios de baixa densidade, localizados no interior com todas as dificuldades que apresentam, necessitam de uma maior solidariedade e atenção por parte da administração central que ao longo de décadas tem sido responsável pelo acentuar das assimetrias entre o litoral e o interior. _____

Referiu a este propósito o investimento que tem vindo a ser feito no concelho desde a tragédia dos incêndios florestais ocorrida em 2017, por parte do Governo Central ao nível da recuperação de vias de comunicação rodoviária, sinalização, colocação de raids de segurança, limpezas e intervenção nas áreas ribeirinhas e proteção ambiental, sublinhando que este sinal tem de continuar a persistir através de medidas concretas que ajudem o concelho a melhorar o seu posicionamento a nível regional e nacional. _____

O Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu, em relação à intervenção do Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, começou por referir que é a sua opinião e interpretação, apresentando as questões sempre pela negativa, os estudos valem o que valem porque tem muito a ver com os critérios, não deixando de ser um indicador.

- ATA DA REUNIÃO DE 08 DE MAIO DE 2019 (N.º 10/2019)

Quando refere a perda da população do município em relação a Castanheira de Pera e Pedrógão Grande, não compara desta vez com municípios de maior dimensão como, Pombal, Leiria e Coimbra, porque fazer comparação por número de pessoas não lhe seria favorável a análise, ou seja não realçava o concelho negativamente. Relativamente à aplicação dos serviços à população e à eficácia financeira, o Sr. Vereador refere que ficamos atrás de Alvaiázere, Ansião, Penela omitindo com a intenção de omitir que o concelho de Figueiró dos Vinhos, está à frente de concelhos bem próximos do nosso, exemplificando o caso de Góis, Pampilhosa da Serra, Castanheira de Pera, Ferreira do Zêzere. _____

É importante referir o que se faz no interior, é um input bem significativo, todo o investimento que estão a fazer para o desenvolvimento do concelho, só agora é que está a aparecer, só agora é que está a produzir efeitos e ainda não aparece naquele estudo. _____

Relativamente ao azeite, informou o Sr. Vereador que estão a meio do processo, quando tiver o resultado final terá toda a informação. _____

Após a intervenção do Sr. Presidente, o **Sr. Vereador Dr. Carlos Lopes**, referiu que independentemente dos dados agora conhecidos e publicados devam suscitar a devida atenção, também demonstravam aspetos positivos que não podia deixar de sublinhar e assinalar, nomeadamente no que respeita à eficiência dos serviços e prestação dos mesmos à população, parâmetros que medem o grau de profissionalismo, competência e dedicação que os Trabalhadores da Autarquia disponibilizam, devidamente coordenados pelos respetivos responsáveis. Disse estarmos perante técnicos e trabalhadores em geral que devem ser motivo de Orgulho para todo o Executivo, contribuindo para transmitir para o exterior uma imagem muito positiva da Autarquia com a qual desejava congratular-se, tendo em linha de conta que os estudos objeto de análise nesta reunião referem Figueiró dos Vinhos muito bem cotado no ranking do País tendo por base estes indicadores.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu, manifestou a sua concordância quanto ao mérito em relação aos trabalhadores da Câmara Municipal e a consequência disso mesmo. _____

O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, ainda em relação ao assunto do azeite, referiu que algumas pessoas o questionaram, não podendo desfraldar essa questão, tendo inclusivamente conhecimento que algumas delas vieram à Câmara Municipal para saber as condições na entrega do respetivo azeite, e não lhe souberam dizer nada. Quanto ao Estudo voltou a referir ser preocupante para o concelho, sendo certo que não está em causa os trabalhadores da Autarquia. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 08 DE MAIO DE 2019 (N.º 10/2019)

2. APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Dispensando-se a leitura da ata, dado que o respetivo texto foi previamente enviado aos Senhores Vereadores, a ata n.º 09/2019 de 24/04/2019, foi aprovada por unanimidade e considerada conforme com a Minuta previamente elaborada no final da dita reunião. _____

3. BALANCETE, PAGAMENTOS E OUTROS:

OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS

O Senhor Presidente informou a Câmara Municipal de todos os pagamentos efetuados e autorizados no período compreendido entre o dia vinte e quatro de abril de dois mil e dezanove e o dia sete de maio de dois mil e dezanove, respeitantes a despesas orçamentais na importância global de 199.086,01 € (cento e noventa e nove mil oitenta e seis euros e um cêntimo). _____

Informou ainda das Ordens de Pagamento de Operações de Orçamentais emitidas no mesmo período, registadas sob os números 944/2019 (novecentos e quarenta e quatro barra dois mil e dezanove) a 1046/2019 (mil e quarenta e seis barra dois mil e dezanove), respeitantes a despesas de operações de Orçamentais, na importância de 278.107,94€ (duzentos e setenta e oito mil cento e sete euros e noventa e quatro cêntimos) _____

OPERAÇÕES TESOURARIA

O Senhor Presidente informou a Câmara Municipal de todos os pagamentos efetuados e autorizados no período compreendido entre o dia vinte e quatro de abril de dois mil e dezanove e o dia sete de maio de dois mil e dezanove, respeitantes a despesas de operações de tesouraria na importância global de 7.044,32€ (sete mil quarenta e quatro euros e trinta e dois cêntimos). Informou ainda das Ordens de Pagamento de Operações de Tesouraria emitidas no mesmo período, registadas sob os números 105/2019 (cento e cinco barra dois mil e dezanove) a 127/2019 (cento e vinte e sete barra dois mil e dezanove), respeitantes a despesas de operações de tesouraria, na importância de 42.827,96 € (quarenta e dois mil oitocentos e vinte e sete euros e noventa e seis cêntimos). _____

O Senhor Presidente, deu conhecimento dos saldos constantes do resumo diário de tesouraria relativos ao dia sete de maio de dois mil e dezanove, conforme mapa anexo, os quais representam, em operações orçamentais 148.603,52 € (cento e quarenta e oito mil seiscientos e três euros e cinquenta e dois cêntimos) e em operações não orçamentais (tesouraria) 53.909,23€ (cinquenta e três mil novecentos e nove euros e vinte e três cêntimos).

- ATA DA REUNIÃO DE 08 DE MAIO DE 2019 (N.º 10/2019)

OUTROS

O Senhor Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal dos seguintes documentos: _____

Relação dos despachos referentes aos autos de medição e faturas de empreitadas e fornecimentos de bens e serviços no período entre 18.04.2019 a 03.05.2019. _____

Relação dos despachos referentes a processos de aquisição de serviços e fornecimento de bens e empreitadas no período entre 18.04.2019 e 02.05.2019. _____

Relação de requerimentos de obras particulares no período entre 26.04.2019 a 08.05.2019.

O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, tomou conhecimento dos pagamentos efetuados no pressuposto de que foram feitos à luz da legislação vigente e obedecendo a critérios de rigor e boa gestão. _____

O Sr. Vereador Dr. Carlos Lopes, tomou conhecimento dos pagamentos efetuados no pressuposto de que foram feitos à luz da legislação vigente e obedecendo a critérios de rigor e boa gestão. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 08 DE MAIO DE 2019 (N.º 10/2019)

4. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

4.1 RATIFICAÇÃO DE ATOS DA COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DO N.º 3 DO ARTIGO 35.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO:

Despachos proferidos pelo Sr. Vereador Eng.º Manuel Paiva, datados de 23 de abril de 2019: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar os Despachos do Sr. Vereador, relativos à cedência de viatura à Associação Desportiva de Figueiró dos Vinhos, correspondendo o apoio no valor total de 507,70€ (quinhentos e sete euros e setenta cêntimos). _____

NOMEAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO E COORDENADOR DE SEGURANÇA EM OBRA: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar o seguinte Despacho do Sr. Presidente datado de 08/05/2019, relativo à nomeação da equipa de fiscalização e coordenação de segurança em obras da empreitada: “Implantação de percurso em Casal de São Simão”: _____

Despacho:

“Jorge Manuel Fernandes Abreu, Presidente da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, nos termos dos Código dos Contratos Públicos e devido à necessidade de conferir maior celeridade ao procedimento de modo a iniciar-se a execução do contrato, considerando concretizada a consignação da obra, e tendo em conta que a próxima reunião de câmara ordinária do órgão competente para a decisão de contratar está agendada para esta data, **nomeio**, para a empreitada “**Implantação de percurso em Casal de São Simão**” cujo adjudicatário é A. Milne Carmo, SA, a título excecional nos termos do nº 3 do art.º 35 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, a seguinte equipa: _____

Representante do dono da obra: Isabel Maria David Antunes, Técnica Superior do quadro de pessoal da Câmara Municipal; _____

Coordenador de Segurança em obra: Rui Jorge Mendes Reis dos Santos Alves, Técnico Superior em Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, pertencente à Empresa Regras e Régua, Contabilidade e Engenharia, Lda, com contrato de Aquisição de Serviços de Consultadoria, nas áreas de Ambiente, Proteção Civil, Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho e Levantamentos Aero-fotométricos. _____

Fiscalização a cargo da Empresa Go Walk, Lda, conforme procedimento de consulta prévia de aquisição de serviços com o número 08ADABS19: _____

Diretor de fiscalização: Paulo Jorge Proença Vicente; _____

- ATA DA REUNIÃO DE 08 DE MAIO DE 2019 (N.º 10/2019)

Fiscal da obra: Cristina Maria Ferreira de Almeida Saraiva. _____

À reunião de câmara para ratificação”. _____

EMPREITADA: “COMPLEXO EMPRESARIAL SONUMA” – SUBSTITUIÇÃO DO COORDENADOR DE SEGURANÇA EM OBRA: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar o seguinte Despacho do Sr. Presidente datado de 06/05/2019, que recaiu sobre a Informação Interna emitida pela Técnica Superior do Gabinete de Apoio ao Investimento Eng.^a Isabel Antunes, relativo à aceitação da alteração de um dos elementos da equipa de coordenação de segurança em obra: _____

Despacho:

“Concordo, à Reunião de Câmara para ratificação da aceitação da alteração proposta”. _____

Informação Interna:

No âmbito da empreitada “Complexo Empresarial Sonuma”, cujo adjudicatário é a empresa Eco Demo, Demolições Ecologia e Construção, SA, foi adjudicada a aquisição de serviços para Fiscalização da referida empreitada à empresa MTD ENGENHARIA, Lda. _____

Data de início da obra: 2018.11.05 _____

Prazo de execução estimado: 270 dias _____

Taxa de execução de obra a 30.04.2019: 48,7% _____

Nesta data a equipa de fiscalização tem a seguinte composição: _____

Representante do dono da obra: Isabel Maria David Antunes; _____

Diretor de fiscalização: Paulo Jorge Proença Vicente; _____

Coordenador de Segurança em obra: Ana Cristina Alves Martins Aleixo; _____

Fiscal da obra: Luis Carlos Ferreira Moreira. _____

Vem a empresa MTD ENGENHARIA, Lda, solicitar a substituição de um dos elementos da sua equipa em virtude do pedido de saída do quadro técnico da empresa de Ana Cristina Alves Martins Aleixo, que atualmente é a Coordenadora de Segurança em Obra, nomeada por despacho do Sr. Presidente em 26.10.2018

- ATA DA REUNIÃO DE 08 DE MAIO DE 2019 (N.º 10/2019)

e ratificado em reunião de câmara de 31.10.2018. _____

Assim é solicitada a substituição do Coordenador de Segurança em Obra atual, Ana Cristina Alves Martins Aleixo, por Daniel Nunes Petrucci da Silva Pinto mantendo os outros elementos, conforme proposta da empresa. _____

Caso seja aceite, a equipa fica composta por: _____

Representante do dono da obra: Isabel Maria David Antunes; _____

Diretor de fiscalização: Paulo Jorge Proença Vicente; _____

Coordenador de Segurança em obra: Daniel Nunes Petrucci da Silva Pinto; _____

Fiscal da obra: Luis Carlos Ferreira Moreira”. _____

4.2 BENEFICIAÇÃO DOS PERCURSOS PEDONAIS – RATIFICAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar o seguinte Despacho do Sr. Presidente datado de 29/04/2019, que recaiu sobre a seguinte Informação Interna n.º 18/GGUP/2019 emitida pela Sr.ª Arq.ª Sónia Costa, relativa à aprovação do projeto de Beneficiação dos Percursos Pedonais: _____

Despacho:

“Face à necessidade de conferir maior celeridade ao processo, de modo a ser possível submeter-se a candidatura ao Aviso CENTRO-06-2018-25 dentro dos prazos definidos e atendendo que a próxima Reunião de Câmara se realiza apenas no próximo dia 08 de maio e não sendo exequível reunir em tempo adequado, aprovo, observados os termos do n.º 3 do art.º 365.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, o projeto “Beneficiação dos percursos pedonais” condicionado aos pareceres a emitir pela entidade competente, remetendo o presente ato para ratificação na imediata Reunião de Câmara Municipal”. _____

Informação Interna n.º 18/GGUP/2019:

“Em relação ao assunto em epígrafe e partindo do pressuposto que o quadro legal e regulamentar vigente não é alterado, assim se informa: _____

1. OBJETO

Trata-se de uma operação urbanística promovida pelo Município de Figueiró dos Vinhos, isenta de controlo prévio enquadrando-se nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 7º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 08 DE MAIO DE 2019 (N.º 10/2019)

Nos termos do n.º 6 do art.º 7º do regime acima citado, a realização das operações urbanísticas deve observar as normas legais e regulamentares que lhes forem aplicáveis, designadamente as constantes de instrumento de gestão territorial, do regime jurídico de proteção do património cultural, do regime jurídico aplicável à gestão de resíduos de construção e demolição, e as normas técnicas de construção. _____

A presente proposta tem por objetivo a beneficiação dos percursos pedonais nas ruas Luís Quaresma Vale do Rio, Dr. José Martinho Simões, Praça Dr. José António Pimenta, Praça Simões de Almeida e Rua do Mercado. Estas vias interligam-se e são importantes pontos de circulação pedonal.

1.1 O projeto apresenta uma estimativa orçamental de 226.904,15€ (duzentos e vinte e seis mil novecentos e quatro euros e quinze cêntimos), a este valor acresce a taxa de IVA em vigor. _____

1.2 O projeto apresenta uma calendarização de 9 meses. _____

2. ANÁLISE TÉCNICA

2.1 CONFORMIDADE COM PMOT E OUTRAS NORMAS LEGAIS E REGULAMENTARES EM VIGOR

2.1.1 ENQUADRAMENTO

2.1.1.1 Enquadramento PDM

Publicado em Diário da República, 2.ª série, n.º 168, de 28 de agosto, sob o Aviso n.º 9814/2015. _____

2.1.1.1.1 Ordenamento

→ **Classificação e Qualificação do Solo:**

→ **Solo Rural:**

Espaços Agrícolas de Produção; _____

Espaços Florestais de Produção; _____

Espaços Florestais de Conservação; _____

Espaços Naturais; _____

- ATA DA REUNIÃO DE 08 DE MAIO DE 2019 (N.º 10/2019)**Aglomerados Rurais;** _____**Áreas de Edificação Dispersa;** _____**Espaços de Ocupação Turística;** _____**Zona de Recreio Balnear e Respetiva Zona de Proteção – POACB;** _____**Áreas Turísticas – POACB;** _____**→ Solo Urbano:** _____**✓ Solo Urbanizado;** _____**Espaços Centrais;** _____**✓ Espaços Urbanos de Baixa Densidade – Nível I;** _____**Espaços Urbanos de Baixa Densidade – Nível II;** _____**Espaços de Atividades Económicas;** _____**Espaços de Uso Especial – Áreas de equipamentos;** _____**Solo Urbanizável: Espaços de Atividades Económicas;** _____**→ Zonamento Acústico – Sobreposição.** _____**→ Património – Sem sobreposição.****2.1.1.1.2 Condicionantes****→ Reserva Ecológica Nacional – Não há sobreposição.** _____**→ Reserva Agrícola Nacional e Aproveitamentos Hidroagrícolas –**
Não há ssobreposição. _____**Área Florestais Percorridas por Incêndios – Sem área ardida.** _____**→ Risco de Incêndio – Sem classe atribuída.** _____**→ Outras Condicionantes – Sobreposição.** _____

- ATA DA REUNIÃO DE 08 DE MAIO DE 2019 (N.º 10/2019)

2.1.2 CONFORMIDADE COM PMOT: PDM

2.1.2.1 Parâmetros urbanísticos:

Não há parâmetros urbanísticos aplicáveis face à tipologia do projeto.

2.1.2.2 Conformidade dos Parâmetros urbanísticos com as normas do PDM

Não há inconveniente com os parâmetros e normas estabelecidos no PDM.

2.2 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA EM VIGOR

2.3.1 Recursos Naturais: _____

Domínio Hídrico _____

Domínio Hídrico - Leitos e Margens dos Cursos de Água. _____

Albufeira de Águas Públicas: _____

Albufeira de Castelo de Bode; _____

Albufeira do Cabril, Bouça e Santa Luzia e respetivas zonas de proteção (RCM n.º 45/2002, de 13 de março); _____

Respetivas zonas de proteção _____

Recursos Agrícolas e Florestais _____

Reserva Agrícola Nacional; _____

Aproveitamentos Hidroagrícolas; _____

Perímetro Florestal de Castanheira de Pera; _____

Perímetro Florestal de Alge e Penela; _____

Perímetro Florestal da Serra da Lousã; _____

Árvore de Interesse Público (Platanus x Acerfolia – Alameda constituída por 17 plátanos de grande porte – Aviso n.º 5 de 1 de junho) _____

Recursos Ecológicos _____

- ATA DA REUNIÃO DE 08 DE MAIO DE 2019 (N.º 10/2019)

Reserva Ecológica Nacional; _____

Rede Natura 2000 – PTCO 0060 – Sítio da Serra da Lousã _____

Património Edificado _____

- a. Monumento Nacional: _____
- i. Igreja de São João Batista, Paroquial de Figueiró dos Vinhos (Decreto N.º 8331, DG, I Série nº 167, de 17 de agosto 1922). _____
- b. **Imóvel de Interesse Público:** _____
- i. Pelourinho de Aguda (Decreto N.º 23 122, DG, I Série nº 231 de 11 de outubro de 1933); _____
- ii. Torre da Cadeia Comarcã (Decreto N.º 28/82, DR, I Série nº 47, de 26 de fevereiro 1982); _____
- iii. Convento de Nossa Senhora do Carmo dos Carmelitas Descalços (Decreto N.º 2/96, DR, I Série – B nº 56 de 6 de março 1996). _____
- c. Imóvel de Interesse Municipal: _____
- i. "O Casulo" (Decreto N.º 28/82, DR, I Série, nº 47, de 26 de fevereiro 1982); _____
- ✓ **Infraestruturas** _____

Rede Elétrica

- i1 Rede Nacional de Transporte de Eletricidade (RNT): _____
- i2 Muito alta tensão (220kv). _____
- i3 Rede Nacional de Distribuição de Eletricidade (RND): _____
- i4 Média Tensão (15kv). _____

Rede Rodoviária

Rede Nacional de Autoestradas: _____

i 5 Autoestrada: A13 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/94, de 15 de janeiro). _____

ii Rede Nacional Complementar: _____

- ATA DA REUNIÃO DE 08 DE MAIO DE 2019 (N.º 10/2019)

ii1 Itinerário Complementar: IC8 e IC3 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/94, de 15 de janeiro);

ii2 Estradas Nacionais: EN236-1 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/94, de 15 de janeiro).

iii Estradas Regionais: ER347 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/94, de 15 de janeiro). _____

iv Estradas Nacionais Desclassificadas Sob Jurisdição da EP: EN236-1 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/71, de 23 de janeiro). _____

v. Rede Municipal: _____

(i) Estradas Nacionais Desclassificadas sob Jurisdição da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos: EN236-1, EN237 e EN350 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/71, de 23 de janeiro);

(ii) Estradas Municipais: EM 517, EM 521, EM 524 e EM 525 (zona de servidão Lei nº 2110/61, de 19 de agosto);

(iii) Caminhos Municipais: (zona de servidão Lei nº 2110/61, de 19 de agosto). _____

Telecomunicações _____

Ligação Hertziana Montejunto <> Serra de Aire <> Lousã (Despacho Conjunto A -97/90-XI, DR 249, || Série, de 27 de outubro de 1990. _____

Marcos Geodésicos _____

2.3 USO, ASPETO EXTERIOR, INSERÇÃO URBANA E PAISAGISTICA DA EDIFICAÇÃO

2.3.1 Intervenções – De acordo com o projeto que se encontra em anexo.

3 CONCLUSÕES

3.1 Considera-se que o projeto reúne condições necessárias para a aprovação, condicionado à consulta da entidades que, não carecendo de consulta a entidades que, nos termos da lei, devam emitir parecer, autorização ou aprovação sobre o pedido, consulta de entidades da administração central, direto ou indireta, do setor empresarial do Estado, bem como de entidades concessionárias que exerçam poderes de autoridade, que se devam

- ATA DA REUNIÃO DE 08 DE MAIO DE 2019 (N.º 10/2019)

pronunciar sobre a operação em razão da localização. _____

- Servidão administrativa – zona de proteção dos monumentos classificados como: Monumento Nacional- Igreja Matriz de Figueiró dos Vinhos (Decreto N.º 8331, DG, 1.ª série n.º 167, de 17 de agosto 1922) e Imóvel de Interesse Público – Convento de Nossa Senhora do Carmo dos Carmelitas Descalços (Decreto n.º 2/96, DR, I Série-B, n.º 56 de 6 de março de 1996), no concelho de Figueiró dos Vinhos, ao abrigo da al. A) do n.º 3 do art.º 2.º do decreto-lei n.º 114/2012, de 25 de maio. _____

3.2 Sugere-se que sejam informadas a U.O.A.F. e a U.O.O.M., considerando que possa ser um projeto executado no âmbito da contratação pública, de que: Por se tratar de uma operação urbanística promovida pelo Município de Figueiró dos Vinhos, isenta de controlo prévio e nos termos do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, n.º 7 do art.º 7.º - à realização da operação urbanística aplica-se o disposto a que se refere ao termo de responsabilidade, à publicitação do início e do fim das operações urbanística". _____

4.3 PROTOCOLO DE FORMAÇÃO EM CONTEXTO DE TRABALHO – CURSO PROFISSIONAL DE TÉCNICO DE DESPORTO – RATIFICAÇÃO:

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar a assinatura do Sr. Presidente Jorge Abreu no Protocolo de Formação em Contexto de Trabalho, estabelecido entre o Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos; Município de Figueiró dos Vinhos e Maria Miguel Lopes Silva tendo como representante legal Carlos Manuel Gonçalves Silva. _____

O referido Protocolo fica por fotocópia arquivado aos documentos anexos da presente ata. _____

4.4 PROTOCOLO DE FORMAÇÃO EM CONTEXTO DE TRABALHO – CURSO PROFISSIONAL DE TÉCNICO DE APOIO À GESTÃO DESPORTIVA –

RATIFICAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar a assinatura do Sr. Presidente Jorge Abreu no Protocolo de Formação em Contexto de Trabalho, estabelecido entre o Município de Figueiró dos Vinhos e Mo Instituto Vaz Serra, S.A. – Cernache do Bonjardim.

O referido Protocolo fica por fotocópia arquivado aos documentos anexos da presente ata. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 08 DE MAIO DE 2019 (N.º 10/2019)

4.5 RENOVACÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – PROPOSTA

DE DELIBERAÇÃO N.º 46/2018: Sobre o assunto foi presente a seguinte Proposta de Deliberação n.º46/2019, emitida pelo Sr. Presidente Jorge Abreu, tendo a Câmara Municipal deliberado por unanimidade proceder em conformidade com a mesma, emitindo parecer prévio à renovação do contrato de prestação de serviços com Maria de Fátima Barata Tomé Gonçalves, na modalidade de avença, nos termos do artigo 60.º da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro – Orçamento do Estado para 2019: _____

Proposta de Deliberação n.º46/2019:

“Considerando o regime estabelecido pelo art.º 32.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, quanto à celebração de contratos de prestação de serviços, _____

Considerando que, para efeitos de prorrogação do contrato de prestação de serviços em vigor no Município de Figueiró dos Vinhos abaixo mencionado, se mantêm os pressupostos estabelecidos no referido diploma, Considerando que, nos termos do n.º 2 do artigo 60.º da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro – que aprova o Orçamento do Estado para 2019, “os valores pagos por contratos de aquisição de serviços e os compromissos assumidos que, em 2019, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto de contrato vigente em 2018, não podem ultrapassar, na sua globalidade, o montante pago em 2018”. _____

Considerando que o contrato de avença celebrado com **Maria de Fátima Barata Tomé Gonçalves**, em 30/06/2006, **que tem por objeto, ser portadora da chave da Torre da Cadeia, estando disponível, sempre que solicitada, para proporcionar o acesso à Torre da Cadeia por parte de visitantes, efetuando o seu acompanhamento e prestando as informações possíveis,** se encontra em condições de ser renovado, constatando-se que: _____

a) Se verifica:

- A execução de trabalho não subordinado, sendo prestado com autonomia, não se encontrando sujeito à disciplina e à direção do órgão ou serviço contratante nem imposto o cumprimento de horário de trabalho, em cumprimento do estipulado pelo n.º 1, alínea a) e n.º 2 do art.º 32.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação; _____
- Ser manifestamente inconveniente o recurso a qualquer uma das modalidades de relação jurídica de emprego público por não se encontrarem definidos nem o carácter temporário ou permanente da funções a desempenhar, nem ser a tarefa desempenhada enquadrável nos conteúdos funcionais previstos; _____

- ATA DA REUNIÃO DE 08 DE MAIO DE 2019 (N.º 10/2019)

- A inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções acima mencionadas, após cumprimento do procedimento prévio previsto no n.º 2 do artigo 24.º da Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro, conjugado com o artigo 4.º da Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro, (Não Aplicável – Soluções Interpretativas Uniformes DGAL/CCDR ref:DSAJAL2159/14); _____
- b) O valor da prestação do serviço será, na eventualidade de parecer prévio favorável, de 150,00 € (cento e cinquenta euros) mensais, e tem cabimento orçamental conforme compromisso n.º 23853/2019; _____
- c) Considerando que as funções a desempenhar não são enquadráveis em nenhum conteúdo funcional das carreiras gerais da Função Pública, aprovadas e constantes no anexo da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (caraterização das carreiras gerais), na sua atual redação, nem o horário a praticar é passível de ser determinado e enquadrável em alguma das modalidades de regime de horários de trabalho nos termos da legislação em vigor, optou-se pela contratação em regime de prestação de serviços, na modalidade de contrato de avença; _____
- d) Em cumprimento do estipulado na alínea d) do n.º 2 do art.º 3.º da Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio, e de acordo com o acima mencionado, a contraparte é Maria de Fátima Barata Tomé Gonçalves, cartão de cidadão n.º 08579780, contribuinte fiscal n.º 102384282, residente da rua D. Diogo de Sousa, n.º 20, na freguesia e concelho de Figueiró dos Vinhos; _____
- e) Foi observado o regime legal da aquisição de serviços, previsto no Código dos Contratos Públicos; _____
- f) A contratada comprovou ter regularizadas as suas obrigações fiscais e com a segurança social. _____

PROPONHO:

Que a Câmara Municipal delibere emitir parecer prévio à renovação do contrato de prestação de serviços na modalidade de avença acima referido, nos termos do artigo 60.º da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro – Orçamento do Estado para 2019” _____

- ATA DA REUNIÃO DE 08 DE MAIO DE 2019 (N.º 10/2019)

5.UNIDADE ORGÂNICA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

5.1 PINHAIS DO ZÊZERE – SUPORTE DE CUSTOS COM DOIS TRABALHADORES, REFERENTE AO MÊS DE MARÇO DE 2019:

Sobre este assunto foram presentes as seguintes Informações Internas, n.º 51/SF/2019, datada de 29/04/2019, no valor de 580,70 euros (quinhentos e oitenta euros e setenta e nove centavos) n.º 58/SF/2019, datada de 02/05/2019, no valor de 1.636,54 euros (mil seiscentos e trinta e seis euros e cinquenta e quatro centavos). _____

O Senhor Vereador Engenheiro Filipe Silva, relativamente a este ponto, apresentou um documento que se transcreve na íntegra: _____

“Pinhais do Zêzere - Associação para o Desenvolvimento

Relativamente à Associação Pinhais do Zêzere continuamos a manter as dúvidas, que temos deixado exarado em ata, acerca deste assunto e que têm motivado o nosso voto contra desde que assumimos o mandato em outubro de 2017. _____

Não estão aqui em causa as pessoas que foram chamados para trabalhar e que querem, legitimamente, receber pelo seu trabalho no final de cada mês. O que está aqui em causa é a legalidade ou não desse pagamento.

Desde a primeira reunião, em 8 de novembro de 2017, data em que estes pagamentos começaram a vir à reunião de câmara que temos vindo a chamar a atenção da maioria do executivo para este assunto e para a necessidade de uma clarificação legal que fundamente o nosso conhecimento para o exercício de uma votação competente. _____

Enquanto isso se dúvidas tínhamos outras se lhes juntaram, vindas a público na comunicação social, pelo que até que não sejam devidamente esclarecidas todas estas questões e sejamos elucidados no que diz respeito à necessidade de dispormos de toda a informação necessária e suficiente para fundamentar a nossa votação e seja demonstrado por Entidade Competente para o efeito de que não existe qualquer ilicitude não podemos aprovar os referidos pagamentos. _____

Figueiró dos Vinhos, 8 de maio de 2019

O Vereador

Luís Filipe Silva”

- ATA DA REUNIÃO DE 08 DE MAIO DE 2019 (N.º 10/2019)

Depois destas considerações, a **Câmara Municipal** deliberou por maioria, três votos a favor dos Senhores Vereadores do Partido Socialista e Movimento Figueiró Independente e um voto contra do Senhor Vereador eleito pela Coligação do Partido Social Democrata/Partido Popular, aprovar o pagamento no valor de 1.636,54 euros (mil seiscentos e trinta e seis euros e cinquenta e quatro centavos), relativo ao suporte de custos com dois trabalhadores, referente ao mês de março de 2019. _____

O Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu, não participou na votação e discussão deste assunto por ser dirigente da Associação, tendo-se na altura, ausentado da Sala de Reuniões. _____

5.2 PINHAIS DO ZÊZERE – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO –
DESPESAS DE FUNCIONAMENTO DA DELEGAÇÃO REFERENTE AO MÊS DE
ABRIL DE 2019: Sobre este assunto foi presente a seguinte Informação Interna, n.º 53/SF/2019, datada de 29/04/2019, no valor de 2.893,61 euros (dois mil oitocentos e noventa e três euros e sessenta e um centavos).

O Senhor Vereador Engenheiro Filipe Silva, relativamente a este ponto, apresentou um documento que se transcreve na íntegra: _____

“Pinhais do Zêzere - Associação para o Desenvolvimento

Relativamente à Associação Pinhais do Zêzere continuamos a manter as dúvidas, que temos deixado exarado em ata, acerca deste assunto e que têm motivado o nosso voto contra desde que assumimos o mandato em outubro de 2017. _____

Não estão aqui em causa as pessoas que foram chamados para trabalhar e que querem, legitimamente, receber pelo seu trabalho no final de cada mês. O que está aqui em causa é a legalidade ou não desse pagamento.

Desde a primeira reunião, em 8 de novembro de 2017, data em que estes pagamentos começaram a vir à reunião de câmara que temos vindo a chamar a atenção da maioria do executivo para este assunto e para a necessidade de uma clarificação legal que fundamente o nosso conhecimento para o exercício de uma votação competente. _____

Enquanto isso se dúvidas tínhamos outras se lhes juntaram, vindas a público na comunicação social, pelo que até que não sejam devidamente esclarecidas todas estas questões e sejamos elucidados no que diz respeito à necessidade de dispormos de toda a informação necessária e suficiente para fundamentar a nossa votação e seja demonstrado por Entidade Competente para o efeito de que não existe qualquer ilicitude não podemos aprovar os referidos pagamentos. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 08 DE MAIO DE 2019 (N.º 10/2019)

Figueiró dos Vinhos, 8 de maio de 2019

O Vereador

Luís Filipe Silva”

Depois destas considerações, a **Câmara Municipal** deliberou por maioria, três votos a favor dos Senhores Vereadores do Partido Socialista e Movimento Figueiró Independente e um voto contra do Senhor Vereador eleito pela Coligação do Partido Social Democrata/Partido Popular, aprovar o pagamento no valor de 2.893,61 euros (dois mil oitocentos e noventa e três euros e sessenta e um cêntimos), relativo a despesas de funcionamento da Delegação, referente ao mês de abril de 2019. _____

O Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu, não participou na votação e discussão deste assunto por ser dirigente da Associação, tendo-se na altura, ausentado da Sala de Reuniões. _____

5.3 PINHAIS DO ZÊZERE – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO – SUPORTE DE CUSTOS DE DIVERSOS TRABALHADORES, REFERENTE AO MÊS DE ABRIL DE 2019: Sobre este assunto foi presente a seguinte Informação Interna, n.º 52/SF/2019, datada de 29/04/2019, no valor de 8.537,81 euros (oito mil quinhentos e trinta e sete euros e oitenta e um cêntimos). _____

O Senhor Vereador Engenheiro Filipe Silva, relativamente a este ponto, apresentou um documento que se transcreve na íntegra: _____

“Pinhais do Zêzere - Associação para o Desenvolvimento

Relativamente à Associação Pinhais do Zêzere continuamos a manter as dúvidas, que temos deixado exarado em ata, acerca deste assunto e que têm motivado o nosso voto contra desde que assumimos o mandato em outubro de 2017. _____

Não estão aqui em causa as pessoas que foram chamados para trabalhar e que querem, legitimamente, receber pelo seu trabalho no final de cada mês. O que está aqui em causa é a legalidade ou não desse pagamento.

Desde a primeira reunião, em 8 de novembro de 2017, data em que estes pagamentos começaram a vir à reunião de câmara que temos vindo a chamar a atenção da maioria do executivo para este assunto e para a necessidade de uma clarificação legal que fundamente o nosso conhecimento para o exercício de uma votação

- ATA DA REUNIÃO DE 08 DE MAIO DE 2019 (N.º 10/2019)

competente. _____

Enquanto isso se dúvidas tínhamos outras se lhes juntaram, vindas a público na comunicação social, pelo que até que não sejam devidamente esclarecidas todas estas questões e sejamos elucidados no que diz respeito à necessidade de dispormos de toda a informação necessária e suficiente para fundamentar a nossa votação e seja demonstrado por Entidade Competente para o efeito de que não existe qualquer ilicitude não podemos aprovar os referidos pagamentos. _____

Figueiró dos Vinhos, 8 de maio de 2019

O Vereador

Luís Filipe Silva”

Depois destas considerações, a **Câmara Municipal** deliberou por maioria, três votos a favor dos Senhores Vereadores do Partido Socialista e Movimento Figueiró Independente e um voto contra do Senhor Vereador eleito pela Coligação do Partido Social Democrata/Partido Popular, aprovar o pagamento no valor de 8.537,81 euros (oito mil quinhentos e trinta e sete euros e oitenta e um cêntimos), relativo ao suporte de custos com diversos trabalhadores, referente ao mês de abril de 2019. _____

O Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu, não participou na votação e discussão deste assunto por ser dirigente da Associação, tendo-se na altura, ausentado da Sala de Reuniões. _____

5.4 PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO DO ANO DE 2019:

5.4.1 CLUBE DE CAÇADORES BAIRRADENSE: A Câmara Municipal face à Informação Interna n.º 55/SF/2019, datada de 29/04/2019, deliberou por unanimidade atribuir o subsídio para o ano de 2019 no valor de 475,00 euros (quatrocentos e setenta e cinco euros).

5.4.2 CASA DE CONVÍVIO “O PENICO”: A Câmara Municipal face à Informação Interna n.º 56/SF/2019, datada de 29/04/2019, deliberou por unanimidade atribuir o subsídio para o ano de 2019 no valor de 565,00 euros (quinhentos e sessenta e cinco euros). _____

- ATA DA REUNIÃO DE 08 DE MAIO DE 2019 (N.º 10/2019)

5.4.3 ASSOCIAÇÃO “O CONVÍVIO DA REGIÃO DE CHIMPELES”: A Câmara Municipal face à Informação Interna n.º 57/SF/2019, datada de 29/04/2019, deliberou por unanimidade atribuir o subsídio para o ano de 2019 no valor de 565,00 euros (quinhentos e sessenta e cinco euros). _____

5.4.4 ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS – CAMADAS DE FORMAÇÃO: A Câmara Municipal face à Informação Interna n.º 54/SF/2019, datada de 29/04/2019, deliberou por unanimidade atribuir o subsídio para o ano de 2019 no valor 7.334,00 euros (sete mil trezentos e trinta e quatro euros). _____

5.5 SOCIEDADE MUSICAL INSTRUÇÃO RECREIO FIGUEIROENSE – MARCHAS POPULARES S. JOÃO 2019: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade atribuir um subsídio no valor de 2.200,00 euros (dois mil e duzentos euros) por cada Marcha de Adultos e 1.000,00 euros (mil euros) para a Marcha Infantil, perfazendo o valor total de 5.400,00 euros (cinco mil e quatrocentos euros). _____

O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, no seguimento da participação dos Bairros, congratulou-se pela forma interessante em como o Grupo da Marchas do Barreiro, a Universidade Sénior, o Agrupamento de Escolas e o CAO participaram na Peça Teatral alusiva ao que foi o 25 de abril, uma reflexão dos 45 anos, que o encheu de alegria, muito interessante e bem conseguido, apresentando os parabéns pela iniciativa. Também realçou a exposição que decorreu na Câmara Municipal do artesão José de Almeida. _____

O Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu, também se congratulou com a iniciativa, que reforça e consolida esta estratégia do município que iniciou já na Feira de Doçaria Conventual, onde os mesmos grupos também participaram com uma peça teatral alusiva ao Convento, que resultou muito bem, sendo sem dúvida um cunho diferenciador, juntar a comunidade figueiroense a fazer e ver teatro, que dignifica o concelho de Figueiró dos Vinhos, apresentando os parabéns à Sr.ª Vereadora da Cultura Dr.ª Marta Brás por acolher e dar continuidade a esta aposta com o Grupo de Teatro Leirena. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 08 DE MAIO DE 2019 (N.º 10/2019)

A Sr.ª Vereadora Dr.ª Marta Brás, referiu ser pertinente realçar os vários projetos que são propostos à comunidade e a aceitação imediata por parte deles, realçando que desta vez houve um maior número de elementos a participar. Salientou que o mérito é da nossa comunidade que, felizmente tem sido recetiva às nossas propostas e colaborado muito com a Autarquia. Tem sido possível dinamizar o teatro com a “prata da casa”, realçando sem dúvida o trabalho do Grupo Leirena que em poucas horas consegue que os grupos apresentem uma peça de teatro bem conseguida, e muito agradável de se ver. _____

5.6 TRANSPORTES ESCOLARES – ALUNOS DA CASTANHEIRA DE PERA –

ABRIL/MARÇO 2019: A Câmara Municipal face à seguinte Informação Interna emitida pela UOAF do Serviço de Taxas e Licenças, deliberou por unanimidade proceder ao pagamento de 50% do valor de 2.072.25€, perfazendo o valor de 1.036,12 euros (mil e trinta e seis euros e doze cêntimos). _____

Informação Interna:

“Relativamente ao assunto referenciado em epígrafe e ao processo em anexo, cumpre-me informar que as relações que nos foram remetidas pela Câmara Municipal de Castanheira de Pera, para pagamento dos alunos que utilizam a rede pública de transportes escolares entre Castanheira de Pera e Figueiró dos Vinhos referente aos meses de Março e Abril do corrente ano, trazem um registo de 10 alunos a mais do que nos meses anteriores. _____

No dia 15 de Abril liguei para a Câmara Municipal de Castanheira de Pera a questionar o sucedido, sendo que me foi informado pela Funcionária D.ª Sandra Quintas que nos foram remetidas duas listagens a mais por engano com 10 registos referentes ao mês de Março e 10 referentes ao mês de Abril.

Assim sendo e anuladas as referidas listagens informo que o valor correto referente ao mês de Março é de 1293.00€ e referente ao mês de Abril de 779.25€ o que totaliza o valor para os dois meses de 2072.25€. _____

À semelhança dos meses anteriores, sou da opinião que deverá ser efetuado o pagamento de 50% de 2.072.25€, o que perfaz 1.036,12€ (**mil e trinta e seis euros e doze cêntimos**)”. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 08 DE MAIO DE 2019 (N.º 10/2019)

6.UNIDADE ORGÂNICA OBRAS MUNICIPAIS

6.1EDIFICAÇÕES/CONSTRUÇÕES MUNICIPAIS – SUBSTITUIÇÃO DA COBERTURA DO ESTALEIRO MUNICIPAL DO CABEÇO DO PEÃO” – CONTA FINAL PROVISÓRIA:

Sobre o assunto foi presente a seguinte Proposta de Deliberação n.º 47/2019 emitida pelo Sr. Presidente Jorge Abreu, tendo a Câmara Municipal deliberado por unanimidade proceder em conformidade com a mesma, aprovando a Conta Final Provisória da empreitada referenciada em epígrafe, no valor de 181.575,86 euros, acrescido de IVA. _____

Proposta de Deliberação n.º 47/2019:

“Considerando que: _____

Após a conclusão dos trabalhos de execução da obra “Edificações/construções municipais – Substituição da cobertura do estaleiro Municipal do Cabeço do Peão”, adjudicada á empresa Odraude – Construção Civil e Obras Públicas, SA, e assinatura do Auto de Receção Provisório, foi elaborada a Conta Final Provisória para o encerramento da candidatura “Recuperação de Infraestruturas referentes aos danos do incêndio de 17 de Junho de 2017 – Edificações” com o código de operação CENTRO-07-2316-FEDER-000109. _____

Neste sentido foi assinada a Conta Final Provisória, em virtude da não inclusão do cálculo referente à Revisão de Preços, aguardando-se a publicação em Diário da República de todos os índices necessários para a elaboração da referida revisão de preços e respetiva da Conta Final. _____

Nestes termos,

PROPONHO que a Câmara Municipal, delibere pela aprovação da Conta Final Provisória, da empreitada “Edificações/construções municipais – Substituição da cobertura do estaleiro Municipal do Cabeço do Peão”, no valor de 181.575,86 €, acrescido de IVA.” _____

- ATA DA REUNIÃO DE 08 DE MAIO DE 2019 (N.º 10/2019)

7. GABINETE DE GESTÃO URBANÍSTICA E PLANEAMENTO

7.1 CONFIRMAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA EDIFICAÇÃO/PRÉDIO SITO EM VALE VICENTE, DA FREGUESIA DE CAMPELO E CONCELHO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS:

Sobre o assunto foi presente a seguinte Proposta de Deliberação n.º 48/2019 emitida pelo Sr. Presidente Jorge Abreu, tendo a Câmara Municipal deliberado por unanimidade proceder em conformidade com a mesma, certificando o estado de ruína da edificação/prédio urbano com o artigo matricial n.º 1129, sita em Vale Vicente, da freguesia de Campelo e concelho de Figueiró dos Vinhos, tratando-se de uma edificação/prédio urbano que foi afetada pelo incêndio ocorrido neste concelho a 7 de junho de 2017, não tendo condições para ser utilizado como habitação ou qualquer outro uso, de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis. ____

Proposta de Deliberação n.º 48/2019:

“Abílio de Souza Neto, na qualidade de proprietário, residente na Rua dos Miosótis, n.º 4 – 2.º 2695 – 502 Bobadela, veio requerer através do requerimento com o registo de entrada n.º 80, de 17.04.2019, o pedido de confirmação em como a edificação/prédio urbano com o artigo matricial urbano n.º 1129, sita em Vale Vicente, da freguesia de Campelo e concelho de Figueiró dos Vinhos, se encontra em ruínas, pelo facto de ter sido afetada pelo incêndio ocorrido neste concelho a 7 de junho de 2017 e para efeitos e nos termos do n.º 4 do artigo 46.º do código de imposto municipal sobre imóveis – CIMI. _____

Considerando a informação emitida no âmbito do procedimento de instrução no processo técnico interno, confirma-se que se trata de uma edificação/prédio urbano que foi afetada pelo incêndio ocorrido neste concelho a 7 de junho de 2017, não tendo condições para ser utilizado como habitação ou qualquer outro uso, de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, tal como documentam as fotos anexas ao processo. _____

Nos termos do n.º 4 do artigo 46.º do CIMI, cumpre à câmara municipal deliberar a confirmação do estado de ruína da edificação/prédio. _____

Nestes termos, PROponho que a câmara municipal delibere: _____

- Nos termos do n.º 4 do artigo 46.º do código de imposto municipal sobre imóveis – CIMI, a certificação do estado de ruína da edificação/prédio urbano com o artigo matricial n.º 1129, sita em Vale Vicente, da freguesia de Campelo e concelho de Figueiró dos Vinhos, tratando-se de uma edificação/prédio urbano que foi afetada pelo incêndio ocorrido neste concelho a 7 de junho de 2017, não tendo condições para ser utilizado como habitação ou qualquer outro uso, de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis” _____

- ATA DA REUNIÃO DE 08 DE MAIO DE 2019 (N.º 10/2019)

8. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO _____

- ATA DA REUNIÃO DE 08 DE MAIO DE 2019 (N.º 10/2019)

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:

E não havendo mais assuntos a tratar nesta reunião, o Senhor Presidente declarou encerrada a mesma, eram dezoito horas e vinte e cinco minutos. _____

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata, que depois de considerada em conformidade com a minuta previamente elaborada e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim _____, na qualidade de Secretário que a redigi, subscrevi e igualmente assino, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. _____

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

O CHEFE DE DIVISÃO DA U.O.A.F.

- ATA DA REUNIÃO DE 08 DE MAIO DE 2019 (N.º 10/2019)

- ATA DA REUNIÃO DE 08 DE MAIO DE 2019 (N.º 10/2019)